



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

XX

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na cerimônia de abertura da II Reunião de Cúpula dos Governadores pela Infância, no Palácio do Planalto.

Brasília, DF, 7 de julho de 1993.

O mais antigo e mais exigido compromisso de todas as sociedades humanas é com a criança, porque é o compromisso com a continuidade da vida. As sociedades que desprezam os seus filhos, desconsideram o seu futuro e tornam mais difícil e triste o seu presente. O pacto com a infância, que estamos solenemente assumindo, é o pacto com a Nação, com sua dignidade e com a sua permanência.

Temos vivido, senhores, embalados por ilusões perversas, e estamos perdendo a capacidade de ousar os sonhos sadios, aqueles que poderiam conduzir-nos com segurança no futuro. Disseram-nos, em certo tempo nacional, que poderíamos nos enriquecer com o dinheiro alheio, e ficar sábios importando o saber dos outros. Foi nesse momento que achamos ser possível construir universidades sem escolas primárias, e montar sistemas sofisticados de informática dispensando a tabuada. Mais do que isso: alimentamos a pretensão de construir uma potência econômica e militar sem construir os homens.

Uma Nação, por mais que tentem nos enganar, não se edifica só com cimento e ferro. Uma Nação se faz, se fortalece e se garante com seus homens. São eles que forjam o aço, edificam as muralhas, semeiam os grãos, aprendem

e ensinam, e transferem, uma geração após outra. Aquela identidade imemorial que faz os homens diferentes, em sua necessária realização pessoal e, ao mesmo tempo, iguais, em sua inviolável essência comum, conferida pelo direito natural.

Senhores,

A Nação se encontra, nesta solenidade, para resgatar enorme dívida consigo mesma. Ela não pode continuar com seu futuro dividido. Para isso, precisa se unir no presente. Já que não fomos capazes de dar plena cidadania a todos os adultos, procuremos assegurá-la, no futuro, a todas as crianças de hoje. A sociedade tem o dever de suprir, no pão, no conhecimento e no afeto, o que a perversidade do modelo político e econômico lhes tem negado.

Poupemo-nos de falar na dura realidade em que vive a maioria de nossas crianças. Não citemos os dados conhecidos, que tratam da prostituição de nossas meninas e nossos meninos.

Temos de vê-los com os olhos com que enxergamos os nossos próprios filhos, e com o sofrimento que nos angustia a alma, como se fossem os nossos filhos verdadeiros. O que nos cabe é agir, e agir imediatamente para modificar a triste situação em que se encontram e para integrá-las no projeto da Nação.

Reúnem-se aqui os que têm a palavra e os meios políticos para dar às intenções a realidade dos atos. Aqui se encontram, em sua maioria, os Governadores dos Estados, os Ministros do Governo, o Procurador-Geral da República e a Igreja, representada pelo presidente da entidade que congrega os seus prelados. Encontram-se também

inúmeras entidades, muitas delas com a presença no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Destacam-se, no entanto, a presença do UNICEF, a Organização das Nações Unidas encarregada de cuidar dos problemas da infância no mundo. Coube-lhe coordenar, com seus recursos e sua autoridade, o pacto pela infância, ao qual dou a minha adesão e para o qual determino toda a colaboração do Governo.

Senhoras e Senhores,
Moços e Moças,

É preciso advertir que o problema da infância em nosso País não é apenas uma questão moral, embora todos os atos humanos devam ser submetidos à razão ética que, no fundo, é a razão política. Devem entender os homens de empresa — que de nada servirá a fortuna legada aos filhos, se não houver justiça social neste País. Será sempre muito melhor que o Estado empregue os seus recursos com a educação do que com a segurança. Só assim estaremos efetivamente cumprindo a determinação constitucional e a norma cogente de que ao Estado cabe promover programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente e atingindo, em plenitude e na essência, o mandamento insculpido no artigo 227, da Carta Magna, aqui já citado, pelo Senhor Procurador-Geral da República.

Por mais importantes sejam os outros problemas e mais angustiosa a urgência, nós podemos e devemos dar prioridade ao da infância. Este é o compromisso, esta é a nossa vontade, este será o nosso trabalho. Cada criança, nasça em que berço nasça, encerra em si o grandioso mistério da vida. Uma delas, é bom lembrar, nasceu de pais muito pobres e junto a bichos domésticos, durante uma

viagem, para dividir o tempo do mundo em duas épocas e nos deixar a sua mensagem, quase sempre esquecida, de que só o amor nos salvará.

Criança, necessidade urgente.

Criança é também Esperança.

Diz Dom Luciano.

Muito obrigado.